

JUSTIÇA CIDADANIA

CONSTITUIÇÃO
PÚBLICA FEDERAL DO BRASIL



ISSN 1807-792X
9 771807 792000
0 0 0 9 2 >
Edição 92 - Março de 2008

R\$ 16,90



MOZART VALADARES



EM DEFESA DAS PRERROGATIVAS DOS MAGISTRADOS

Editorial: A LIBERDADE DE EXPRESSÃO É ABSOLUTA!

SERVIR À NAÇÃO

Ives Gandra Martins

Professor Emérito das Universidades Mackenzie,
UNIFMU, UNIFIEO e UNIP
Membro do Conselho Editorial

Este artigo não é saudosista. Em todos os tempos, o poder e a corrupção andaram de mãos dadas. Um verdadeiro e indissolúvel casamento. E em todos os espaços geográficos.

Ocorre, todavia, que nem todo o detentor do poder é corrupto. Seja político ou burocrata, tenha feito o teste das urnas, prestado concurso público ou se enquistado no governo por ser amigo do rei. Que há corruptos em todas as esferas públicas e em todos os poderes é uma realidade que as corregedorias e os Tribunais de Contas não conseguem extirpar, quando entre eles também o mal não vem a vicejar.

É que quem deseja o poder o quer, em primeiro lugar, para mandar, para ser o que comanda e isto ocorre em todas as áreas – públicas e privadas.

O servir à sociedade é uma decorrência, quando possível. Se não sobram tempo ou recursos para fazê-lo – por terem, os recursos, destino menos louvável e o tempo estar dedicado apenas a conservar o comando, a demagogia e a perseguição aos inimigos –, procuram, os detentores do poder, camuflar o “não serviço público”, ficando em último plano a mais sublime das funções laicas, que é a de servir à pátria e à sociedade.

Sou obrigado, todavia, a considerar – repito, sem ser saudosista – que o nível de corrupção e do cinismo das autoridades públicas em justificá-la era incomensuravelmente menor, na distante década de 50, quando comecei a escrever artigos. Quando se descobria a corrupção, o corrupto se sentia humilhado e – como nos países sérios – pedia desculpas à

nação, chegando, muitas vezes, ao suicídio, ao ver toda a sua família atingida pela conduta anti-social praticada.

Tal comportamento tornava os corruptos párias da sociedade, na linha do que acontece na obra de ficção criada por Gene Roddenberry (“*Star Trek*”), em que, entre os *Klingons*, a corrupção de um político, no poder, contaminava todas as gerações futuras.

Por outro lado, naqueles tempos de minha juventude, os homens de bem entravam mais ricos no governo do que saíam, ao contrário de hoje, em que o poder enriquece quase todos. Campos Salles, por exemplo, entrou rico e saiu pobre da presidência da República. E que dizer de Prestes Maia?! Laudo Natel, até hoje, vive na mesma casa e dirige um simples carro popular, depois de ter governado o maior Estado do Brasil.

Políbio, ao analisar a decadência dos tempos romanos, mostrava que, entre os fatos que a provocaram, estavam, precisamente, a corrupção e a falta de espírito cívico das autoridades.

O que, entretanto, mais surpreende, nos dias atuais, é que aqueles que são apanhados fazendo falcaturias são exatamente os que mais ostentam poder, cinismo e riqueza, fazendo alarde da forma como agem. E o pior é que consideram – e querem convencer a nação – de que nada fizeram de mal. Parafraçando ocupante de cargo ministerial: afinal o poder é para “gozar e relaxar”.

É possível que eu esteja sendo saudosista, mas que havia mais compostura e responsabilidade públicas, no passado, lá isso havia.



“POLÍBIO, AO ANALISAR A DECADÊNCIA DOS TEMPOS ROMANOS, MOSTRAVA QUE, ENTRE OS FATOS QUE A PROVOCARAM, ESTAVAM, PRECISAMENTE, A CORRUPÇÃO E A FALTA DE ESPÍRITO CÍVICO DAS AUTORIDADES.”

Nota do Editor:

Tive o privilégio de trabalhar com o maior estadista que o Brasil produziu, além das marcas e provas de honestidade, moralidade administrativa e dignidade com as quais administrou o país, deixou sementado em todos os auxiliares que colaboraram diretamente no seu governo o exemplo e a marca da probidade e honorabilidade nos exercícios dos cargos ocupados. Assim como o Presidente Getúlio Vargas – que, ao deixar o governo, saiu mais pobre e desprovido de alguns bens recebidos em herança –, também seus colaboradores diretos no gabinete da presidência saíram de mãos limpas, e alguns poderiam até reivindicar do governo, devido aos gastos pessoais que a função exigia, indenização por empobrecimento ilícito.

Infelizmente os tempos mudaram. As prédicas do grande e ilustre baiano, e as preocupações do tributarista Ives Gandra Martins são muito oportunas, principalmente considerando o que acontece comumente na política e na administração pública.